- II Caso a internet do posto não esteja funcionando, o condutor deverá procurar outro posto próximo para abastecer a viatura, pois pode se tratar de um problema específico do posto;
- III Caso inexista cota de abastecimento para o veículo, o condutor deverá entrar em contato com o responsável de plantão através do telefone 2332-2230.

Parágrafo único - Caso não tenha sucesso, o condutor deverá sinalizar esse fato à equipe do gerenciamento de frota da fiscalização e esta indicará se o mesmo poderá entregar a viatura sem abastecer.

### DO APOIO E MONITORAMENTO ÀS OPERAÇÕES

- Art. 44 Nas operações diurnas, todos os dias da semana, haverá um servidor escalado na função de apoio/monitoramento às operações (art. 11, III), com a função principal de subsidiar as consultas aos sistemas informatizados TVE e TCH. Este servidor permanecerá nas instalações da sala de monitoramento, na CFISC, à disposição dos componentes das operações durante toda a duração das mesmas, inclusive nos casos de Protocolo de Visibilidade e nas interrupções das operações.
- § 1º O servidor escalado na função deverá manter comunicação telefônica permanente com as equipes externas, e observará a disponibilidade do acesso aos sistemas que deva acessar, bem como as transmissões de sons e imagens, comunicando ao coordenador de equipe qualquer interrupção nos acessos.
- § 2º Na função de apoio e suporte, o servidor designado deverá utilizar todo e qualquer meio e recurso disponível para auxiliar e subsidiar as equipes externas no que precisarem, podendo obter, por exemplo, em sites de busca e pesquisa informações sobre congestionamentos, notícias ou ocorrências que possam interferir ou repercutir nas operações.
- Art. 45 Ao servidor escalado na função de apoio e monitoramento é vedada a utilização de senhas de acesso sistêmico que não as próprias.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 46 Em caso de cancelamento de operação de fiscalização já iniciada, por motivos de força maior ou impossibilidade de prosseguimento, os agentes escalados assinarão a folha de frequência e farão jus à retribuição pela participação.
- Art. 47 A permanente execução de Operações Especiais de Fiscalização é indispensável meio de controle do cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito.
- Art. 48 Cada coordenador de equipe de operação Detran Seguro ou Operação Especial encaminhará relatório operacional ao e-mail funcional do Coordenador de Fiscalização, no primeiro dia útil subsequente em que deva cumprir expediente em sua lotação.
- Art. 49 O agente que, no exercício da fiscalização, constatar algum ilícito penal, deverá conduzir a ocorrência a uma unidade policial, de onde extrairá cópia do registro de ocorrência ou do termo circunstanciado, a ser anexado ao relatório mencionado no artigo anterior.
- Art. 50 Os casos omissos e as dúvidas procedimentais serão dirimidos pela Coordenadoria de Fiscalização.
- Art. 51 As ocorrências em que se presumam atos irregulares ou desvios de conduta de quaisquer membros das operações de fiscalização deverão ser informadas ao Coordenador de Fiscalização, para ciência, com posterior encaminhamento à Corregedoria, para apreciacão pela Coordenadoria de Sindicâncias.
- Art. 52 A Coordenadoria de Fiscalização do DETRAN/RJ poderá, no que couber, promover a edição de normas complementares, Rotinas Administrativas (RADs) e atualizações e alterações instrumentais que entenda necessárias para o aperfeiçoamento da prestação dos servi-

## ANEXO II

## DAS OPERAÇÕES DETRAN SEGURO

- Art. 1º As Operações Detran Seguro devem seguir o protocolo operacional previsto na Portaria Pres. Detran/RJ nº 5611, de 03 de abril de 2019, e também obedecer às práticas e diretrizes previstos neste
- Art. 2º As operações terão início nos horários preestabelecidos nas escalas de operações
- Art. 3º É condição para o início das abordagens de veículos nas operações Detran Seguro o cumprimento dos seguintes atos prepa-
- I Sinalização auxiliar (cones) corretamente posicionada na via;
- II Apoio policial no local;
- III Balão identificador inflado;
- IV Barraca de operações montada;
- V Agentes uniformizados e com os equipamentos em condições de uso;
- VI Sistema de filmagem e gravação, em funcionamento; VII - Apoio às operações, na sede, a postos;
- Parágrafo único Excepcionalmente, mediante autorização do coordenador da equipe, e por motivo justificado, a operação poderá ser iniciada sem os itens III e VII.
- Art. 4º A montagem e a desmontagem da estrutura da operação é atribuição comum a todos os componentes da equipe.
- Art. 5º Toda operação Detran Seguro deve ser iniciada mediante Ordem de Servico, assinada pelo Coordenador de Fiscalização.
- Art. 6º A escala das operações Detran Seguro comportará o seguinte quantitativo de servidores: coordenador, cinco a sete agentes da autoridade de trânsito, licenciador, dois ou três condutores;
- Parágrafo único Poderá haver alteração quantitativa ou qualitativa na composição das equipes, em casos de indisponibilidade momentânea de pessoal, de meios, ou para atender circunstâncias específicas da operação.
- Art. 7º As ordens emanadas pelos agentes da autoridade de trânsito através de gestos deverão seguir o disposto no item 6 do Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro
- Art. 8º A função do apoio policial é o apoio à operação, em caráter ostensivo, para manter a ordem e assegurar a integridade da equipe e dos administrados
- Art. 9º Os agentes não deverão se posicionar à frente dos veículos. na intenção de forçar-lhes a parada ou evitar evasão.
- Art. 10 Com o veículo parado, a abordagem ao condutor será efetuada pelo agente, que se aproximará até a lateral do condutor, em ação não invasiva, fazendo uso de linguagem formal e cortês.

Parágrafo único - A abordagem aos veículos deve ocorrer dentro da área balizada, de modo a conferir segurança aos agentes e a eficácia do apoio policial.

- Art. 11 Sendo o caso, o agente da autoridade de trânsito deverá fazer uso do pronome de tratamento adequado ao nome social de preferência do condutor ou passageiros, em cumprimento ao estabelecido no Decreto 8727/2016.
- Art. 12 Os agentes devem orientar os condutores de veículos abordados a estacionar com a frente voltada para a borda da pista, de preferência em ângulo de 45°, com o pisca-alerta ligado, conforme as normas gerais de circulação e conduta estabelecidas no art. 40. inc.
- Art. 13 Após a entrega dos documentos solicitados, o agente da autoridade de trânsito deve conferir toda a documentação. Em seguida, iniciará os procedimentos de fiscalização de acordo com a Portaria Pres. Detran/RJ nº 5611/2019. O agente deve seguir rigorosamente a legislação de trânsito em vigor.
- Art. 14 Finalizada a fiscalização, o agente deverá informar de forma inequívoca ao condutor sobre o resultado da fiscalização, da verificação documental e do estado do veículo, conferindo a regularidade ou apontando as irregularidades verificadas.
- Parágrafo único Quando for o caso, o agente deverá informar com clareza ao condutor sobre os prazos e procedimentos necessários para a regularização, o local da apresentação do veículo, o endereço do depósito, e sobre os documentos ora entregues ou recolhidos.
- Art. 15 Em caso de evasão de veículos ou transposição do bloqueio, o coordenador deverá valorar o procedimento do apoio poli-
- §1° Se houver mais de uma viatura policial, o coordenador poderá solicitar que uma delas tente interceptar o veículo que se evadiu. §2º - Se houver apenas uma viatura de apoio, esta não será usada para interceptar o veículo que se evadiu, para não desguarnecer a operação. Neste caso, os agentes aplicarão as infrações cabíveis, conforme o caso.
- Art. 16 Durante a operação, é vedado a qualquer membro de equipe de fiscalização ter acesso ou permanecer no interior dos veículos abordados, fazer-lhes reparos ou efetuar o saneamento de irregula-

#### Protocolos Especiais

- Art. 17 O Protocolo de Visibilidade é um procedimento de segurança que deverá ser adotado em casos de ocorrências de chuva ou alte-rações climáticas severas (neblina, névoa, ventos), até o restabelecimento das condições da via que permitam a montagem da operação.
- Art. 18 Em casos de chuya moderada, a equipe deverá se deslocar até o local de operação e, primando pela segurança viária, avaliar no local a possibilidade de montar a operação. Entendendo que não há riscos, após sinalizada a via, operação será montada, sem abordagens, assim permanecendo por uma hora e meia até a cessação das condições adversas.
- Art. 19 Transcorrido o período estabelecido, não cessada a condicão climática, o coordenador da operação terá autonomia para decidir pelo cancelamento do protocolo, desmobilização da estrutura e retor-
- Art. 20 Cessada a condição adversa antes do tempo, a equipe avaliará a segurança da via e a possibilidade de iniciar a abordagem dos veículos, não devendo iniciá-la em casos de dúvidas, ou de instabilidade climática.
- Art. 21 Em casos de chuva intensa, a equipe deverá se deslocar para o local, e primando pela segurança viária, não deverá montar a operação, permanecendo por uma hora e meia no local, ou até cessarem as condições adversas.
- Art. 22 Transcorrido o período estabelecido, não cessada a condição climática, o coordenador da operação terá autonomia para decidir pelo cancelamento do protocolo e retorno, ou, cessada a condição adversa, após a avaliação das condições da via, pela montagem da operação, seguindo então os procedimentos previstos no art. 17.
- Art. 23 O Protocolo de Contingência é um procedimento adotado quando qualquer incidente ou circunstância, alheia à operação possa nela influir ou repercutir, ou a ela ser associada, mesmo que equivocadamente.
- Art. 24 São exemplos de ocorrências que podem motivar o protocolo de contingência:
- Congestionamentos ou acidentes, ligados, ou não à operação; II - Manifestações, passeatas ou carreatas em via próximas;
- III Acidentes, transtornos, turbações, atos violentos:
- IV Enchentes ou desastres naturais; V - Situações de comoção popular
- § 1º O servidor de apoio e monitoramento deverá informar e manter atualizada a equipe sobre possíveis ocorrências desta natureza.
- § 2º O coordenador de equipe deverá necessariamente consultar o Coordenador de Fiscalização para a decisão conjunta sobre a montagem, desmontagem, interrupção, reinício ou cancelamento da ope-
- Art. 25 Deverão ser anotados na Folha de Registro de Operação as faltas e atrasos de quaisquer dos componentes, contados do horário de início das abordagens, sendo facultado ao servidor em atraso justificar-se no campo "observações".
- Art. 26 Qualquer componente de operação Detran Seguro é autorizado a anotar as observações que julgar procedentes no campo "observações", identificando sua anotação.
- Art. 27 São funções do coordenador de Equipe na operação Detran I - Zelar pela funcionalidade e fluidez da operação, buscando orga-
- nização e uniformidade dos procedimentos.
- II Coordenar a sinalização auxiliar da via, as posições da área de abordagem, barraca, viaturas, balões, OCR, e equipamento de inspe-
- ulli Realizar o "briefing" com a equipe antes do início das operações e a conferência dos itens gerais e dos equipamentos;
- IV Determinar o horário de início, as interrupções, o reinício e final das abordagens:
- V Orientar os agentes quanto ao correto posicionamento ao longo da área de abordagem:
- VI Orientar os agentes em caso de dúvidas sobre procedimentos a
- adotar; VII - Administrar as vagas disponíveis para remoções:
- VIII Recolher as assinaturas dos componentes nas folhas de presença, anotar faltas e atrasos e fazer as anotações complementares.

## Do embarque e desembarque de pessoal

- Art. 28 O embarque e o desembarque dos servidores escalados para as operações Detran Seguro e Especiais ocorrerá nos seguintes pontos:
- Unidade operacional da CFISC na Av. Francisco Bicalho (ponto inicial);
- II Edifício sede do DETRAN/RJ;
- III Posto BR de São Cristóvão, ao lado da estação.
- Art. 29 Para cada operação, o horário de embarque na Unidade da Av. Francisco Bicalho será definido e divulgado pelos coordenadores aos componentes da equipe
- § 1º Será admitida tolerância de até 15 (quinze) minutos de atraso para o embarque, a partir do horário divulgado, apenas na Unidade da Av. Francisco Bicalho.

 $\S\ 2^{\rm o}$  - Nos demais pontos, a duração das paradas ficará restrita ao tempo necessário ao embarque.

#### ANEXO III

- DAS OPERAÇÕES LEI SECA
  Art. 1º As operações Lei Seca são realizadas através da integração de esforços da SEGOV, PMERJ, DETRAN-RJ e colaboradores, sob a
- coordenação da primeira. § 1º O planejamento de locais e horários das operações é definido pela SEGOV e encaminhado ao servidor da CFISC responsável pelas escalas das operações Lei Seca. § 2º - As operações terão início nos horários definidos nas escalas de
- operações.
- Art. 2º A escala de servidores do DETRAN/RJ nas operações Lei Seca comportará o quantitativo de quatro agentes da autoridade de trânsito, um condutor e um supervisor plantonista.

  Parágrafo único - Poderá haver alteração quantitativa ou qualitativa na
- composição das equipes, em casos de indisponibilidade momentânea de pessoal, de meios, ou para atender circunstâncias específicas da
- Art. 3º Os documentos gerados ou recolhidos nas operações Lei Seca (autos de infração, tiras do etilômetro, CNH, CRLV e GRV) deverão ser dispostos na ordem em que forem relacionadas nas plani-
- na operação também deverão ser relacionados nas planilhas, com a respectiva anotação, e enviados no malote.  ${\bf Art.~5^o}$  - O estabelecimento e a duração dos protocolos de chuva, a avaliação das condições da via e da possibilidade de iniciar, suspen-

Art. 4º - Os documentos eventualmente esquecidos ou abandonados

- der ou reiniciar a operação e as abordagens são responsabilidades do coordenador da SEGOV Art. 6º - Caso a operação Lei Seca seja encerrada antes do horário previsto, qualquer que seja o motivo, o efetivo do DETRAN/RJ não
- poderá se ausentar do local sem a ciência ao supervisor de plantão. Art. 7º - Os atrasos superiores a 30 (trinta) minutos, contados do início da abordagem, serão anotados, e a permanência do agente na operação será decidida pelo supervisor de plantão.

## ANEXO IV

### DAS REGRAS DE TRANSPORTE E UTILIZAÇÃO DAS VIATURAS

- Art. 1º A retirada do veículo será sempre feita por condutor, com credencial válida, no local indicado na escala, salvo alteração autorizada e registrada por escrito.
- Art. 2º Caso o veículo escalado não se encontre no local designado na escala, o condutor deverá verificar no livro de retirada de viatura qual foi o último condutor a usá-la e entrar em contato com o mesmo.
- solicitando a devolução. § 1º Caso o tempo informado de espera pela devolução não pre-
- judique a operação, o condutor deverá aguardar; § 2º Em caso contrário, o condutor solicitará ao responsável pelo plantão autorização para utilizar outra viatura;
- Art. 3º Quando a viatura retirada não a for escalada, depois de devidamente autorizado, o condutor deverá preencher o BDT e indicar a troca da viatura no campo observações da folha de frequência, informando ao escalante na primeira oportunidade.
- Art. 4º No ato da entrega, todos os veículos deverão estar abastecidos, para utilização na operação seguinte, salvo se por motivo impeditivo, que será registrado no  $\dot{\rm BDT}.$
- **Art. 5º** A manutenção de primeiro escalão é uma operação rotineira e obrigatória, executada pelo condutor antes, durante e após os deslocamentos, e compreende:
- I A verificação do estado geral do veículo, inclusive das placas de
- identificação; II O serviço de reabastecimento; III - A verificação do nível e a reposição do óleo lubrificante do mo-
- IV A verificação do nível e a reposição do líquido de arrefecimento
- do motor; V A verificação da pressão, do estado de conservação e calibragem
- dos pneus; VI A identificação de ruídos, vibrações, vazamentos e demais sinais
- Parágrafo único A finalidade da manutenção preventiva de primeiro escalão é identificar os primeiros indícios de falhas elétricas e mecânicas, antecipando a ação corretiva apropriada, reduzindo a extensão do dano e assegurando a segurança dos transportados.
- Art. 6° O BDT deve ser obrigatoriamente preenchido na utilização de qualquer viatura, nele constando todos os deslocamentos efetuados pelo condutor.
- Art. 7º No campo observação do BDT o condutor deverá apontar qualquer ocorrência associada ao veículo.
- Art. 8° Em caso de sinistro ou avaria, o condutor providenciará o BRAT ou o e-BRAT e com o número de protocolo, dirigir-se-á ao Serviço de Transporte Interno STI para fazer o comunicado do sinistro.
- Art. 9º É proibida a permanência de pessoas estranhas ao serviço no interior de qualquer veículo.
- **Art. 10 -** É proibida a entrada de qualquer veículo com caronas, exceto quando houver identificação por crachá do órgão ou tendo sido anunciado/identificado pelo condutor.
- Art. 11 Todo veículo estacionado nas dependências do órgão deverá permanecer desligado.

ld: 2239456

# DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DESPACHO DO PRESIDENTE

PROCESSO Nº SEI-160186/000115/2020 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da empresa FENIXX SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., no valor de R\$ 2.669.867,85 (dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), referente à prestação dos serviços de vigilância armada, compreendendo, além de mão de obra (incluindo supervisão), a disponibilização de todos os equipamentos necessários para atender às Unidades do DETRAN/RJ, no período de 01 a 19 de dezembro de 2019, na forma do inciso VI, do art. 14, do Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009.

ld: 2239537

# VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

## ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA PRE DER/RJ N° 001 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

#### DELEGA COMPETÊNCIA PARA PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, de acordo com o que estabelece o Regimento Interno da Fundação DER-RJ, aprovado pela Deliberação nº 20 de 27 de maio de 2003.

## RESOLVE:

Art. 1° - DELEGAR o servidor ELIAS MORAIS JUNIOR, matrícula 13/91151-1. Diretor da Diretoria de Administração da Fundação Depar-